

CEDI

Povos Indígenas no Brasil

Fonte: OESP Class.: Amazônia / ZEE
 Data: 20/12/92 Pg.: 25 33

ENTREVISTA/Coutinho Jorge

Ministro quer acelerar zoneamento da Amazônia

BRASÍLIA — O ministro do Meio Ambiente, Fernando Coutinho Jorge, afirma que o zoneamento econômico-ecológico da Amazônia já deveria estar concluído. O mapeamento da região — com um levantamento das áreas destinadas às reservas indígenas e extrativistas — deverá buscar a forma mais racional de aproveitamento do solo. Segundo Coutinho, este seria o primeiro passo para uma política ambiental e para o desenvolvimento dos projetos financiados com recursos externos. Dois meses depois de assumir o ministério, ele falou a Elza Pires, da Agência Estado.



Nelson Almeida/AE

Primeiro passo

Coutinho Jorge (à esq.), no Inpe: mapeamento é essencial para política ambiental

Estado — Como estão os trabalhos de zoneamento econômico e ecológico da Amazônia?

Fernando Coutinho Jorge — Pedi ao ministro Mário César Flores, da Secretaria de Assuntos Estratégicos (SAE), que acelerasse a conclusão e divulgação dos trabalhos na Amazônia, já que eles estão em fase adiantada. Foram alocados para o programa-piloto de proteção das florestas tropicais, financiado pelo grupo dos sete países ricos (G-7), US\$ 23 milhões só para o zoneamento econômico ecológico. Esses recursos devem ser definidos em abril com a visita dos técnicos do Banco Mundial.

Estado — Foi realizado um seminário com os responsáveis pelo zoneamento?

Jorge — Foram realizados dois seminários. O zoneamento ecológico e econômico faz parte da Secretaria

de Assuntos Estratégicos. No que diz respeito ao nosso interesse, queremos fortalecer o zoneamento como um instrumental básico de proteção para o ambiente. Tive encontros com os técnicos da SAE, depois pedi um seminário com o pessoal do IBGE e participei de todo o encontro, questionando e discutindo.

Estado — Como estão os trabalhos do projeto?

Jorge — É preciso fortalecer os trabalhos do IBGE e também dos Estados, responsáveis pelo detalhamento do programa de zoneamento através de convênios que estão sendo firmados com a SAE. O projeto está bom, pois o IBGE é um órgão competente. Mas, temos de acelerar os resultados. Temos que ter um quadro básico de zoneamento que vai nos dar a definição de políticas de ocupação da Amazônia e a racionalidade

“Sem o projeto, os próprios órgãos de desenvolvimento da Amazônia ficam tolhidos na definição de suas políticas globais”

em termos de desenvolvimento sustentado.

Estado — O atraso nas definições está trazendo quais prejuízos?

Jorge — Sem a conclusão desse estudo, os próprios órgãos de desenvolvimento da Amazônia ficam tolhidos para definir suas políticas globais. A primeira etapa dos trabalhos, o chamado

zoneamento está vindo atrás. Pode estar faltando essa discussão detalhada com a sociedade. Mas, acho que a SAE está tentando fazer isso ao estabelecer convênios com os Estados. É evidente que se deve discutir com os órgãos estaduais para ouvir sugestões e contribuições não só de universidades como de organizações não-governamentais. Se houvesse pelo menos um quadro geral que definisse as reservas, quais são as áreas de reserva indígena,

“Deve-se discutir com os órgãos estaduais para ouvir sugestões de universidades e entidades não-governamentais”

onde está a floresta nacional, tudo seria muito mais fácil.

Estado — Qual é a participação do ministério na tentativa de acelerar a conclusão do zoneamento?

Jorge — Periodicamente, vamos fazer avaliações. Esta é uma metodologia que vamos usar. A partir de janeiro, pediremos outra avaliação. Nós fizemos dois seminários. Um global e outro específico, só para a região

amazônica. Agora, a partir de janeiro e fevereiro, faremos reuniões periódicas com os técnicos para sabermos dos resultados, em que nível estão os trabalhos. Nós vamos começar a pressionar porque, com a aprovação dos recursos externos, acreditamos com tranquilidade que o projeto de zoneamento — não só o global como os projetos detalhados para cada Estado — serão desenvolvidos.

Estado — Qual a relação, na sua opinião, entre a necessidade de um zoneamento e o desenvolvimento dos projetos de proteção de florestas tropicais, que vai captar recursos dos países do G-7, de US\$ 109 milhões em uma primeira etapa?

Jorge — Se o zoneamento estivesse pronto na Amazônia, tudo seria muito mais fácil. Acho que o zoneamento é o projeto mais importante nesse caso, o primeiro que deveria estar concluído. Nós, agora, estamos tentando ordenar tudo isto. Na medida em que você tem o zoneamento econômico-ecológico global, fica mais fácil o processo de intervenção. Mas, por exemplo, eu não posso esperar o zoneamento para demarcar áreas indígenas. Os recursos estão aí, algumas áreas já estão definidas em lei, então vamos trabalhar. A reserva extrativista, por exemplo, também não poderíamos esperar. Então, acho que o zoneamento vai arrumar tudo isso numa visão macro, de espaço. E os Estados vão detalhar em escala mais significativa.

Estado — Várias organizações não-governamentais reclamaram do trabalho “isolado” que vem sendo desenvolvido pela SAE, sem participação das comunidades. Qual a sua opinião?

Jorge — Se o zoneamento global já estivesse pronto, evitaríamos esse tipo de problema. Infelizmente, o